

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.251, DE 2010

Estabelece a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências.

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Deputado PAULO RUBEM
SANTIAGO

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Sandro Mabel, visa estabelecer a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição já foi objeto de análise por parte dos nobres colegas Paulo Delgado e Gastão Vieira.

Em que pese a meritória preocupação com a busca por fontes alternativas de financiamento da Educação básica pública, não nos parece ser este o caminho - mas a efetiva alocação de recursos nas peças orçamentárias em todos os níveis federativos.

O imposto que deixa de ser arrecadado, desfalca o orçamento público, que é confeccionado a partir de prioridades estabelecidas segundo a prática salutar do planejamento.

Aspectos fiscais e operacionais serão objeto de consideração, oportunamente, por parte da Douta Comissão de Finanças e Tributação.

Analisemos a questão do prisma educacional.

A dedutibilidade pode, eventualmente, criar diferenças entre as escolas, conforme tenham doadores mais ou menos aquinhoados, ou simplesmente não consigam atrair doações.

Assim, considerando aspectos educacionais, como o financiamento da educação e a equidade entre as escolas, que integram o **mérito educacional**, entendo que a proposição, ressalvada a nobre intenção do autor, não deve ser aprovada e voto contrariamente ao Projeto de Lei nº 7.251, de 2010.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2012.

Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO
Relator